

EPÍLOGO

Damião António de Lemos Faria e Castro escreveu os vinte tomos impressos da *História Geral de Portugal, e suas Conquistas* na dezena de anos até 1780. Uma década produtiva, tanto quanto a anterior fora sáfara e batida pela tormenta. Encontrava-se agora mais folgado, pois passara entretanto à disponibilidade militar. “Sempre foram veementes os meus desejos de render à Pátria o obséquio, e fazer o serviço de tecer a sua História...”, revela na “Prefação”, e justifica a remissa: “Muito tempo estiveram coarctados os meus desejos, oprimidos de moléstias, e ocupações do Estado”; estas só podiam ser as castrenses, que o divertiriam dos estudos; daquelas sabe-se, por um queixume para D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, acabado de eleger em Março de 1770 bispo de Beja, que sofria da “moléstia da gota”¹ – e está visto, era fatal, os excessos alimentares fidalgos, muita caça, muito enchido, muito peixe azul, mailo sápido marisco algarvio e o vinhinho da pipa a escorregar... Porém “tudo cessou, e todo eu me sacrifiquei ao penoso trabalho, que pela bondade de Deus tenho conseguido, e vou oferecer ao Público” (HGP, I, “Prefação”, p. IX).

Uma que outra períclope permite até apurar a data em que redigia determinado tomo; assim o IV: “Na Corte de Lisboa se conservou a Universidade até o ano de 1308, em que o mesmo D. Dinis a mudou para a Cidade de Coimbra, aonde existe, reformada os meses passados deste ano de 1773 por determinação do Rei, que com o seu iluminado discernimento arrancou dela os abusos inveterados, com que dizem a havia corrompido o espírito Jesuítico” (p. 34); e o XIII: “...ao tempo, que isto escrevemos neste ano de 1775...” (p. 76); o XX é último impresso é posterior à morte de D. José, pois menciona o primo, por bastardia, D. João de Bragança, “que tem servido no Império com grande satisfação, e lhe foi restituído o Título de Duque de Lafões, e os Bens da Coroa, que eram da sua Casa, logo que entrou a reinar a Fidelíssima Rainha D. Maria Nossa Senhora no ano de 1777” (p. 234).

No original manuscrito eram catorze os tomos e o escritor ia-os entretanto apresentando à Real Mesa Censória. Por carta de 2 de Julho de 1776 participa a Cenáculo que “os primeiros sete Tomos da História de Portugal, que a Real Mesa me tornou a mandar, os tenho corrigido, aonde justamente o necessitavam: que eles já chegam a doze até ao fim do Governo do Cardeal Rei”² (o que corresponde ao XVII impresso); pretendia, antes de os devolver emendados, que o bispo-presidente lhes concedesse o *placet*³. Mas menos de um ano volvido, D. José morto, Pombal deposto,

¹ BPE – Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXVII/1-7, n.º 1274, que corresponde à primeira carta, datada de Faro, 3 de Abril de 1770, de um conjunto de quinze, todas de Damião António de Lemos Faria e Castro para D. Fr. Manuel do Cenáculo. Principia a carta: “Nunca a moléstia da gota me foi tão sensível como na presente ocasião; porque me prendeu as mãos para há mais tempo eu ter a honra de ir derramar na presença de V. Ex.^a os cândidos, e sinceros júbilos do meu coração, quando na eleição de V. Ex.^a para Bispo de Beja, vejo que a sublime iluminação do nosso Augusto Soberano faz evidente quanto é justo não demorar os prémios a um merecimento tão alto, como é o de V. Ex.^{as}”.

² *Ibidem*, n.º 1275.

³ E prossegue a carta: “... e que eu não me atrevo a os tornar a mandar sem licença expressa de V. Ex.^a. Não pretendo obrigar V. Ex.^a a que perca um ponto do seu precioso tempo em me responder. Bastaria, se

Cenáculo impontado para Beja como para degredo, Damião acode em carta de 6 de Maio de 1777: “A notícia que recebo de V. Ex.^a se achar tão perto deste país,” – o Algarve – “me desperta a memória das extraordinárias obrigações, de que lhe sou devedor; e porque na minha pequenez sempre abominei igualmente a lisonja, e a ingratidão, sem ser para lisonjear; mas sim para agradecer, vou por este meio à presença de V. Ex.^a só para cumprir com os meus justos deveres, não pretendendo outra alguma recompensa além do mesmo cumprimento deles; e protestar-lhe, que tem V. Ex.^a pronta neste Reino a minha inutilidade, e para quanto for do seu serviço”⁴.

Manter-se-á fiel, atento, venerador e obrigado do antiste e prosseguirá o regular epistolário. De Faro, 12 de Janeiro de 1778, deseja-lhe boas festas e boas entradas, escusando-se de tarde render o obséquo, porque “umas terças mo embaraçaram até agora”; “mas”, afiança, “nada impedirá a sinceridade dos votos, e reverência dos cultos, que lhe consagro”⁵.

Torna a impetrar conselho do prelado em 1782, 12 de Abril, e é que o caso era sério: nada menos que a reprovação das espécies que tinha pendentes na instância censória; o motivo do indeferimento adivinha-se: as passadas e não olvidadas, porque na *Aula* estampadas, afinidades jesuíticas do autor. Faria e Castro, que estancia na natal Vila Nova de Portimão, desafoga aperreado: “Saberá V. Ex.^a como a Mesa me fez mercê de me restituir as minhas obras sem Licenças para as imprimir. Asseguro a V. Ex.^a, que o espírito Jesuítico nunca me dominou, senão no tempo, em que dominava a todos neste Reino, e que então falava eu, e escrevia, como os mais escreviam, e falavam. Depois as ideias de parcialidade nunca tiveram parte em mim. Que loucura seria esta em um particular acantonado no Algarve, metido no canto de uma vida privada? Que importavam as revoluções do mundo a quem dele nunca quis, nem pretendeu nada? Creia, Senhor, que eu nunca tive outros sentimentos enquanto estive com a pena na mão, senão exaltar as virtudes, e deprimir os vícios. E que perversa seria a intenção, que só adoptasse os vícios, e fizesse estranhas as virtudes?”⁶. Interrogativas que seguramente calariam fundo no poço de longanimidade que era a alma do pastor antes metido a *político*; bem conhecera ele ainda, apesar de mais novo, nascido em 1724, esse tempo em que tudo no reino ressumbrava jesuitismo e em que portanto o ora agravado Damião – sagaz sentença! – “falava, e escrevia, como os mais escreviam, e falavam”; e como também não desconhecia a mísera solércia dos homens – *vanitas vanitatum et omnia vanitas* – levaria com indulgente unção aqueles arrebatados transportes, por parte do mesmo Damião, de desapego das gloriólas mundanas...

Enfim, as obras denegadas eram uns *Discursos Patéticos* e, o que mais pungia ao postulante, a *História*. Lá se lastima: “Enfim, dos Discursos Patéticos não digo nada; porque seria temeridade em um Donato como eu meter a foice por uma seara para mim tão alheia, como são Escritura, Tradição, Santos Padres, Concílios, História Eclesiástica, etc. Mas nos 14 Tomos de toda a História de Portugal, que desde menino me pareceu, que a sabia, e em que não levei mais fim, que utilizar a Pátria, que a necessita, não sei qual possa ser a razão do anátema, que caiu sobre ela”; termina rogando ao bispo, pois que “foi Presidente daquele Régio Tribunal, e está tão bem instruído em tudo o que lhe é respectivo”, fizesse a fineza de lhe alvitrar uma de duas: ou “se me será lícito, e decente recorrer a S. Majestade, e pedir-lhe me nomeie em

eu hei-de, ou não mandar os Livros, que V. Ex.^a me faça a honra de dizer ao meu Procurador, que lhe há-de entregar esta carta, um dos símplies monossílabos Não, ou Sim, sem que ele penetre o sobre que recai. Se nisto sou excessivo, peço por ignorante; mas sou digno de perdão pelas confissões, que faço do meu respeito, veneração, e obséquo à Pessoa de V. Ex.^a que Deus guarde muitos anos”.

⁴ *Ibidem*, n.º 1276.

⁵ *Ibidem*, n.º 1277.

⁶ *Ibidem*, n.º 1279.

Évora os mestres dos Conventos, com os quais eu em pessoa façamos nas ditas obras uma revisão, e correcção com a crítica mais severa para se depois poderem imprimir, ou se me não será estranhado fazer a impressão em Castela com as aprovações costumadas naquele Reino”⁷.

Não foi preciso. Cenáculo aconselhou-o a ir, “em pessoa”, à própria corte. Em Julho já aí estava. A 30 anunciava ao protector: “Estou despachado em parte, e em parte com boas esperanças. Ainda não pude dar alcance ao P. M. Fr. Joaquim de Sta. Ana, como V. Ex.^a me recomendou. Tenho falado a outros dos Senhores, especialmente o P. M. Rocha, que me assegura a licença de todas as minhas obras, umas que pessoalmente ofereci a El Rei, outras à Rainha. Hoje vão todas para a Mesa corrigidas, com Dedicatórias, e rostos novos, que me levaram dias de muito trabalho”⁸. Guarda outras achegas para quando, de regresso ao “Reino”, passasse “em pessoa” pela cidade alentejana.

Trazia esperanças, e não lhas defraudaram – mas só “em parte”, como avisadamente obtemperou. Ganhou de novo Portimão, onde parece que assentara moradia, e a 10 de Fevereiro do ano seguinte, 1783, nova missiva a Cenáculo a “dar-lhe parte, de que a Real Mesa Censória me fez mercê de aprovar as minhas obras, que corrigi em Lisboa para as imprimir”⁹. Precipitação! Por despacho do 23 de Janeiro próximo passado a Mesa dera com efeito o *imprimatur* aos tomos da “História de Portugal compostos por Damião Ant. de Lemos, tudo na conformidade da censura verbal do Deputado Fr. Francisco de S. Bento”¹⁰. Porém quanto aos *Discursos Patéticos*...

Quanto ao “volume manuscrito, que tem por título Discursos Patéticos, que propõem as Máximas mais saudáveis para os Governos Racional, Político, e Interior do Homem” e que “é o primeiro tomo desta obra, que compôs, e quer publicar por meio da estampa Damião António de Lemos Faria e Castro”¹¹, quanto a essa empresa – gorou no ovo. A censura do mesmo deputado Fr. Francisco de S. Bento, infligida aos 17 de Março de 1783, faz gala de uma truculência capaz de abater o mais filaiucioso. Começa: “Que grande aceitação, e com que distinto crédito do Autor, correria esta obra em o nosso Portugal, se tivesse sido estampada na época escura, antes que entrasse nele a luz das verdadeiras ciências, e o bom gosto da literatura”, após o que refina no achincalhe: “Os objectos desta obra são de importância; porém o estilo, com que estão tratados, é pouco sério. O que se lê a cada passo, são metáforas pueris, irrisórias, e ridículas, que muitas vezes transtornam a gravidade do assunto. O Autor”, prossegue com acinte o censor, e aqui acerta na *mouche*, pois aquele sempre idolatrou o conceptismo de Vieira, “usa frequentemente daqueles pensamentos, chamados predicáveis, de que faziam uso os Pregadores, quando a Santa Palavra era tratada com menos decência. O fim do escritor é encaminhar os Homens a bem obrar; e os Leitores encontrariam nesta obra ocasião para o riso, e divertimento; e os que fossem mais instruídos, se compadeceriam do Autor, que empenhou tanto trabalho sem fruto”; para fundamento, propõe “uma, ou outra passagem, que darão uma competente ideia do ridículo carácter desta Obra”,

⁷ *Ibidem*, n.º 1279.

⁸ *Ibidem*, n.º 1280. A carta é de Lisboa, 30 de Julho de 1782.

⁹ *Ibidem*, n.º 1281

¹⁰ IAN/TT, Real Mesa Censória, Caixa 12, 1783, n.º 4. Este despacho “ordena se pudessem imprimir dez volumes MS da História de Portugal compostos por Damião Ant. de Lemos”. Na mesma data, 23 de Janeiro de 1783, outro despacho – “Imprima-se, emenda-se” – aposto ao último tomo manuscrito, referente ao reinado de D. João V, denota que também se autorizavam os restantes tomos: Real Mesa Censória, Caixa 238, ms. 571. As emendas não se conseguem decifrar, pois colaram-se por cima do original, mas não foram muitas nem de monta.

¹¹ IAN/TT, Real Mesa Censória, Caixa 12, 1783, n.º 18.

concluindo: “É pois o meu parecer, que se lhe não dê licença para se estampar”¹². A Mesa foi do mesmo parecer e assinou por baixo.

Desmoreceu Damião? Qual!... No princípio de Janeiro de 1784, ainda em Portimão e com o seu quê de sarcasmo na alusão a Orígenes eunuco e mártir mas mestre de espiritualidade, insinuava ao seu correspondente bispo: “Parece-me, se Deus nos der vida, que V. Ex.^a, e eu havemos ver impressas em língua estranha, e consagradas a um Monarca Estrangeiro as minhas obras reprovadas sem ser necessário citar nelas os Capítulos dos Actos dos Apóstolos. Os meus Críticos se lhes descobrirem algumas passagens, que se pareçam com as dos Livros dos Princípios de Orígenes, poderão por-lhe à margem o *Caute Lege* à imitação dos Tradutores daquele Padre mutilado do Corpo, mas de espírito muito inteiro”¹³. E é que Damião se devotara acto contínuo a verter para um castelhano mascavado o aranzel todo dos *Discursos Patéticos*, agora “ofrecidos, y consagrados”, posto que o não pudera fazer ao rei português D. Pedro III, “con el respecto mas profundo a la Sacra, Real, y Catolica Magestad del Señor, el Señor Don Carlos III, Augusto Rey de Hespaña”; no ofertório rememora “la delicada Hospitalidad, que devi (sic) a los ilustres Hespañoles los años, que vivi entre ellos, siempre civil, e afectuosamente obsequiado” e não esquece referir “haver (sic) dedicado a mis naturales, y Soberanos Reys, y Principes la Obra intitulada Política Moral, y Civil, Aula de la Nobleza Lusitana, otras composiciones avulsas, y aora (sic) a mi Augusta Reyna reynante, Sublime, Magnífica, Incomparable Sobrina de V. Magestad, toda la brillante Historia de Portugal en catorce Tomos”; data a oblação de “Faro en el Algarve y Marzo, de 1784”. São cinco tomos, cinco, média de trezentas e cinquenta laudas cada um...¹⁴

Incansável operário! Revertendo à carta de 10 de Fevereiro de 1783, nela diz para o bispo que “desde que me recolhi da Corte até agora tenho trabalhado brutalmente”; e detalha: “feito de novo o V Tomo da História de Portugal, que se perdeu na Mesa; renovado para a reimpressão da Aula da Nobreza, o V Tomo; composta para o II a História Sagrada também toda nova, e da mesma sorte a Eclesiástica para o 3.º Tomo”¹⁵ (pois, aqueles mais enfartados de jesuitismo...). Cenáculo respondia-lhe, como se tira de outra epístola, de 11 de Julho de 1783, em que Damião lhe agradece “as incomparáveis mercês, que me fez na sua última carta; ela tão iluminada, que ainda a um entendimento tão tenebroso como o meu, não podia deixar de encher de Luzes”¹⁶.

De Faro – “aonde já estou morador”, avisara em correio de 2 de Março de 1784¹⁷ –, declarava com mal represada ufanía noutro de 6 de Setembro de 1785: “Está na impressão a História de Portugal”¹⁸. Finalmente! Aleluia! Dado que a obra não

¹² *Ibidem*.

¹³ BPE, Cód. CXXVII/1-7, n.º 1283. Na mesma carta Faria e Castro exhibia o seu prestígio de erudito: “Como estou citado de Paris por um Membro da Academia das Ciências, Geógrafo do Conde de Artois, para lhe corrigir, e iluminar um Tomo da Geografia de Portugal, também eu cito a V. Ex.^a; para que me socorra com o que eu lhe pedir da sua Livraria, quando me chegue à mão este Manuscrito”.

¹⁴ Os cinco volumes encadernados destes *Discursos Patheticos, que instruiem* (sic) *el Hombre en sus importantes Governos* (sic) *Racional, Politico, Monastico, ò Interior, Authorisados unicamente con las Doctrinas de la Sagrada Escritura, Tradicion, y Santos Padres* pertenceram à “Algarviana”, de Mário Lyster Franco, hoje da Região de Turismo do Algarve. As páginas da dedicatória a Carlos III, a que se seguem um “Prologo a los Lectores Hespañoles” e uma “Advertencia a mis Illustrissimos Señores, q revieren, y fueren Censores desta Obra”, não estão numeradas.

¹⁵ BPE, Cód. CXXVII/1-7, n.º 1281.

¹⁶ *Ibidem*, n.º 1282. Continua a carta: “Eu bem quisera uma abundância de termos adequados para agradecer a V. Ex.^a o trabalho a que se sacrificou por meu respeito, e a lembrança, que me consta tem de mim: mas a, a, a, Snr., eu não sei falar; e estes aas enérgicos os furto grato a um Profeta ardente”.

¹⁷ *Ibidem*, n.º 1284.

¹⁸ *Ibidem*, n.º 1285.

contava com qualquer apoio institucional, antes resultava de arriscado empreendimento particular, havia que cuidar do negócio da edição. Para o efeito Faria e Castro escrevera, a 15 de Fevereiro daquele ano, ao discípulo de Cenáculo, o também franciscano Fr. Vicente Salgado, em tempos mestre de latinidade em Silves, pelo que com toda a probabilidade daí advinham as relações. O numismata Fr. Vicente presenteara-o com dois exemplares de uma “sua delicada, e bem trabalhada obra” – seria a *Breve instrução sobre as medalhas romanas, para os primeiros estudos do novo curioso*, de 1780 – e Damião namorara-se “tanto do papel, e carácter desta sua impressão, que não obstante estar cuidando no modo de enviar a minha História de Portugal para França, ou Holanda, aonde me asseguram se fará a impressão com sumo cómodo; neste mesmo correio escrevo ao Simão Tadeo, propondo-lhe vários contratos, que me parece lhe serão úteis; e peço a V. Rem.^a os coadjuve com a sua eficácia, e zelo de bom amigo”¹⁹. Pela Páscoa seguinte, 22 de Março, insiste para o pregador geral da terceira ordem franciscana: “Até agora não recebi resposta de Simão Tadeo para cuidar efectivamente na impressão da minha obra, que o público já deseja. Estimara, que V. Rm.^a lhe falasse para qualquer ajuste, que lhe parecer razoável, advertindo logo, que cada Tomo em 8.º terá até 400 páginas: que se hão-de imprimir 1500 volumes de cada Tomo: que cada ano hão-de imprimir três Tomos: que eu também cada ano concorrerei com 100 Vgs. para ajuda da dita impressão: que para ele ficarão 700 jogos, e 800 para mim: que do dinheiro que se for fazendo se podem continuar a imprimir os outros Tomos depois dos primeiros, e que ele fará a dita venda ainda de parte dos meus 800 jogos; porque deles quero eu mandar alguns para Évora, Coimbra, e a pessoas dessa Corte, que lá me falaram neles; e que este negócio se há-de celebrar por Escritura, para a qual mandarei a V. Rm.^a Procuração”²⁰.

Fr. Vicente Salgado não chegou a exercer esse estabelecimento. A *História*, os primeiros cinco tomos, começou a sair em 1786 e daria que fazer aos prelos, não da *Officina de Simão Thaddeo Ferreira*²¹ mas da *Typografia Rollandiana*, ao ritmo de três tomos anuais até à morte do autor em 1789, para depois ser retomada em 1800 e 1804 na mesma razão. O investimento era de vulto, considerável a extracção de mil e quinhentos exemplares; o preço de cada oscilava entre os 400 e os 500 réis²². Obra “que o público já deseja”, dizia acima o autor, e nessa expectativa residirá a explicação de ter surtido. A de Faria e Castro era a *primeira História seguida e quase completa de*

¹⁹ BAC – Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha, Ms. 709, “Cartas de diversas pessoas religiosas e seculares ao Rm.º Fr. Vicente Salgado”, fls. 64. A carta, datada de Faro, 15 de Fevereiro de 1785, começava: “Em Évora tive o gosto de ler esta sua delicada, e bem trabalhada obra, de q V. Rm.^a me fez mercê de dois Exemplares, porque lhe beijo mil vezes as mãos, e em Beja me disse o Sr. Bispo, que não tardariam muito em sair a público as Memórias deste Algarve. Deus conserve a V. Rm.^a a vida, e saúde p.^a iluminar a Pátria com as suas fadigas literárias tão belas, e brilhantes”. A obra anunciada de Fr. Vicente Salgado (1732-1802) são as *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve oferecidas ao Exm.º e Revm.º Senhor Bispo de Beja*, Tomo I, Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, 1786; no prólogo nomeia “o Sábio Damião António” e em nota cita a “Política Moral, e Civil. Tomo IV, pág. 460 e segs”. Fora em 19 de dezembro de 1783 objecto da favorável censura do P. António Pereira de Figueiredo: “Tanto pela louvável aplicação, que o Autor destas Memórias pôs em as recolher dos antigos Monumentos; como pela utilidade que delas poderão tirar os que quiserem compor mais por extenso a História da Igreja e Bispado de Faro, são elas muito dignas de se estamparem” (IAN/TT, Real Mesa Censória, Caixa 12, 1783, n.º 37).

²⁰ *Ibidem*, fls. 65. No início escrevia Damião: “Há vários correios recebi o favor da sua carta, que me encheu de prazer. Eu rendo a V. Rm.^a puros afectos, e todas as suas vantagens, e felicidades me são interessantes”. E rematava: “Peço a V. Rm.^a esta resposta quanto antes, e com ela as suas ordens”.

²¹ Os prelos desta *Officina de Simão Thaddeo Ferreira* imprimiram em 1785 os *Elogios dos Reis de Portugal, em latim e em português*, do P. António Pereira de Figueiredo.

²² Apud Sérgio Campos Matos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998, p. 162.

Portugal composta por um português. Na dedicatória à rainha não se cansa de mascar o estribilho: “a primeira quase completa, composta por um Português”, “esta primeira História seguida de Portugal”, “esta primeira História quase completa de Portugal”.

A primeira *composta por um português* porque em 1700 um francês, Lesquien de Neufville, publicara em Paris uma *Histoire Générale de Portugal*, que no entanto se ficava pelo século XVI²³; e em 1781 aquele mesmo impressor-livreiro Francisco Rolland, a quem Faria e Castro acabou encarregando de editar a sua obra, lançara os dois primeiros tomos (ao todo seriam dezasseis, até 1797) da tradução de outra *Histoire Générale de Portugal*, da autoria de outro francês, Nicolas de la Clède, e também saída em Paris, 1735 (e que também se ficava pelo século XVI)²⁴; no “Prólogo do Editor” este notificava que “me resolvi a mandá-la traduzir na nossa língua, enquanto não aparece outra melhor, e com mais crítica, que de tão grandes homens que temos, qualquer dia se espera”²⁵; nas guardas do tomo VI, de 1784, incluía, à guisa de reclamo comercial, um rol de “Livros Impressos por Francisco Rolland, Impressor-Livreiro em Lisboa, ao Largo do Loreto”, e nele a “História de Portugal por Damião António, 8. 17 Vol.”. Duas “Histórias de Portugal” em duas edições simultâneas e ambas quantiosas é sinal de um público leitor interessado; existia procura, sim. Faria e Castro, na “Prefação” da sua, revela estar inteirado da concorrência: “O meu principal desígnio foi tecer para utilidade da Pátria uma História Cronológica, seguida, e quase completa, que nós não temos, para não a mendigar de Autores estrangeiros, que me asseguram se querem traduzir, devendo-nos causar pejo, que a necessidade de Portugal, aonde há tantos homens de talentos eminentes, vá pedir esta esmola batendo a portas estranhas” (p. XV); na dedicatória, escrita por último, torna a conjurar o portuguesismo: “Ela não é copiada, nem traduzida de Estrangeiros mais officiosos, que os nossos Naturais. Ela é formada, é composta por um Português na sua língua”.

E é também, consoante o refrão, a primeira “seguida” e “quase completa”. *Seguida* porque, remontando à raiz originária da nação como comunidade étnica que entrou no cenário da história com os cartagineses, narra o seu desenvolvimento continuado no tempo e consequentemente uma tradição ininterrupta e identitária do “brilhante carácter dos Portugueses” (“Prefação”, p. LVI), sujeito colectivo que adquire consciência de si e cultiva as suas qualidades únicas através dos seus heróis e façanhas²⁶. Que por estes e por estas e pelo postergar das fontes a historiografia de Faria

²³ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *A historiografia portuguesa*, III vol., pp. 19-20 e 46-47.

²⁴ *Histoire Générale de Portugal par M. de la Clède, contenant l'origine, les moeurs et les guerres des anciens Lusitaniens, jusqu'au règne de Dom Joam III inclusivement*, Paris, P.-F. Giffort, 2 vols., 1735. Na tradução portuguesa: *História Geral de Portugal por Mr. de La Clede. Traduzida em vulgar; E ilustrada com muitas Notas Históricas, Geográficas, e Críticas; e com algumas Dissertações singulares*, Lisboa, Tipografia Rolandiana, tt. I e II, 1781, tt. III e IV, 1782, tt. V e VI, 1784, tt. VII e VIII, 1785, tt. IX e X, 1787, tt. XI, XII, XIII e XIV, 1790, t. XV, 1791, t. XVI, 1797. Segundo Sérgio Campos Matos, “o tradutor e anotador desta obra que teve larga difusão nos finais do séc. XVIII e primeiros decénios de Oitocentos foi Manuel de Sousa e, possivelmente também, Manuel José da Silveira Lara” (*Historiografia e memória nacional*, p. 260).

²⁵ Este “Prólogo do Editor” vem inserido no t. II; a cita a pp. 9-10.

²⁶ Eis como o autor remata a “Prefação”: - “Presumo, que alguns génios delicados me terão em conta de encarecido, de afectado, de parcial, antes panegirista, que Historiador, quando trato das virtudes dos Portugueses: do seu valor; do estrondo, com que faço soar pelo mundo todo as suas milagrosas vitórias terrestres, e navais; as suas rápidas conquistas de Praças; as suas gentis defesas de sítios; tudo heroicidade nas suas expedições; sucessos, que nem aos mesmos, que nada crêem do milagroso, podem deixar de parecer milagres; trabalhos tolerados com forças superiores à natureza de humanos; singulares nas Embaixadas; com dexteridade rara nos gabinetes; delicados nos negócios; enfim, igualmente destros Políticos, e bravos Soldados. Sim, escrupulosos Leitores, vós assim o podereis entender: mas fico muito consolado, de que em tudo o que deles digo falo verdade; de que sou muito menos encarecido, que os que me precederam em escrever, e debuchar o brilhante carácter dos Portugueses” (pp. LV-LVI).

e Castro em nada concorreu para a “científico-erudita” de herculiana fundação, está dito. Mas como “história-cultura”, testemunho do sentimento histórico da época, ela traz no bojo o conceito essencialista e organicista elaborado para legitimar o emergente Estado-Nação de Oitocentos. Corolário de tal concepção, a ideia de *pátria*, antes de ressonância mais localista, *patria chica* ou *parvula domus*²⁷, abre para um desiderato cívico consagrado no século XIX: “A *História da própria Pátria*” – sublinhado original – “é uma aplicação absolutamente necessária a todo o homem polido, que deseja honrar o patriotismo, e ser-lhe útil” (“Prefação”, pp. IX-X).

História *quase completa* porque lhe faltavam o reinado recente de D. José I e o reinado vigente de D. Maria I. Mas o autor, apostado em remover o advérbio, já trazia aquele em mãos. Na carta a Cenáculo, de 6 de Setembro de 1785, em que lhe comunicava estar a restante obra no prelo, adiantava logo: “Eu seria um temerário, conhecendo, e publicando o sem número de mercês, que devo a V. Ex.^a, se pusesse em público a vida do Sr. Rei D. José sem ser aprovada por V. Ex.^a. Intrépido marchou a fazer um roubo inocente ao trato sucessivo das suas bem repartidas horas. Nas menos ocupadas, revestindo-se V. Ex.^a do semblante do crítico mais severo, como se não me conhecesse, como se eu fora um Tapuia embrenhado nas horrendas solidões da América: Mande ler esses cadernos, que tenho a honra de pôr na sua respeitável presença. Corte, Sr., os membros podres sem piedade: risque, e emende sem compaixão: arranque pela raiz o supérfluo; aponte-me o que falta; anime o lânguido, até o dissoluto, e faça-me a justiça de crer, que eu neste Tomo nada pretendo tanto como unir a verdade com a imparcialidade. Podem enganar-me as minhas poucas luzes: Busco as imensas de V. Ex.^a, que ainda no meio da névoa sempre brilham como a Estrela da manhã”²⁸.

E o bom bispo dardejou os raios da sua luminosidade sobre as controvertidas (e como não, se o objecto o era!...) páginas que Damião lhe submetia? Não deve ter tido paciência. Ao menos cortou, riscou, emendou? Tampouco se afigura. O manuscrito foi para a Mesa Censória mantendo intactas as linhas blandiciosas sobre o ex-presidente, o “Bispo de Beja D. Fr. Manuel do Cenáculo Vila Boas, que antes havia sido Deputado Ordinário da mesma Mesa, Varão maior que qualquer elogio, esplendor luminoso da Congregação dos Padres da Terceira Ordem, exemplar dos Prelados, invejado das Dioceses do Reino, cheio de virtudes, entre as quais resplandece a da Liberalidade, ele o ornato brilhante da bela, e sólida Literatura”²⁹; e a bajulação requinta em fraldoso estilo: “Todos os que vivemos somos testemunhas do bem que se conduz esta Real Mesa, a sua vigilância em tudo o que é respectivo às duas Sociedades Religiosa, e Política, à Igreja, e ao Estado; não deferindo as licenças para a publicação das composições por efeito de Censuras adulatórias, e lisonjeiras de Censores estranhos; mas pelos severos exames dos seus mesmos Deputados sem derramarem, como os outros, aromas Árabes, e Pérsicos, que em vez de recrearem o olfacto dos mesmos Autores das Obras, muitas vezes os nauseavam, subindo os encarecimentos à altura de ridículos, as vozes de adulação aos pontos de intoleráveis por dissonantes”³⁰.

²⁷ É neste sentido que Faria e Castro utiliza o vocábulo no resumo da História de Portugal do t. VI da *Aula*, p. 223: “Porém já que falamos na Pátria, daremos a razão porque os Castelhanos pretenderam, que o Algarve fosse conquista sua”.

²⁸ BPE, Cód. CXXVII/1-7, n.º 1285. Completava Damião a missiva: “Deus livre a V. Ex.^a dos efeitos da horrenda epidemia de terçãs, que de Povo em Povo tem feito tributário todo este Reino. Eu não quis curar as minhas atabafando-as; afoguei-as em água fria, água, e mais água; afugentei-as com hissopadas de tinta do meu tinteiro, e acabei de me imprimir no Algarve o bem merecido carácter de tolo. Elas assim se foram, zombei da Medicina, e estou são”.

²⁹ BAC, Série Azul, Ms. 691, p. 79.

³⁰ *Ibidem*, p. 82.

Damião sabia do que falava. Mas de nada lhe serviu queimar tanto incenso, arábico ou pérsico, algarvio que fosse, que por cá também existiam odoríferas resinas. No tomo sobre D. José, repartido em quatro “Livros”, ajuntou um quinto, “Da Vida, e Acções da Rainha D. Maria I Nossa Senhora (...) até ao ano presente de 1786”; com ele fechava, e em grandiloquente acento: “Eu fiz à Pátria o serviço, e obséquio de lhe compor esta História completa” – estava removido o *quase* – “e seguida, que não tinha. Está concluída a História Política Portuguesa: se Deus me conservar a vida prometo à Pátria a História da sua Igreja Lusitana, que também lhe falta, e se de uma, e outra resultar alguma glória seja a Deus, e Portugal, que eu não busco a minha entre os homens”³¹. A Cenáculo, aos 28 de Fevereiro desse ano de 1786, dava conta: “Que tendo completos três Tomos do Espírito da Política Moral, e Civil, e toda a História de Portugal, que não tinha: Agora estou resoluto a compor em oito, ou dez Tomos a sua História Eclesiástica, que também lhe falta”; e motivava o frenesim: “Eu tenho todo o tempo livre; não posso estar ocioso, e se continuar a vida é justo faça à Pátria estes pequenos serviços”; depois, este raptó: “A minha velhice está cada vez mais robusta, e levar dias, e noites trabalhando para mim é galhofa”³². Pelos vistos o prelado encomiou-lhe os produtos da azáfama, pois a 10 de Outubro seguinte Damião agradecia: “Sinto não ter em mim lugar, aonde acomode a vaidade, que me podia causar o elogio, que V. Ex.^a, Mestre dos sábios dos séculos, faz às obras deste, menos que leigo, grosseiro Donato”; aproveitava para informar que concluíra entretanto três tomos da História Eclesiástica de Portugal, “e os outros três do Espírito da Política, já na Censória”³³.

Estavam, estavam, e, ignorando-o ele bem embora, no 17 de Agosto anterior já tinham o veredicto selado: “Escusado”³⁴. Mês por mês um ano após – que o venerando pretório laborava na sazão estiva – ingressavam *sub judice* o último tomo da *História Geral de Portugal* e os da *História Particular da Igreja Lusitana*. Relator de ambos os acórdãos, o P. António Pereira de Figueiredo. Datou o primeiro de 31 de Julho, o segundo de 4 de Agosto de 1787. Condenatório qualquer deles. A história do reinado de D. José é um livro “escrito num mau estilo, num estilo afectado, escuro, empeçado, cheio de reflexões pueris, e de períodos ocos”; um livro “que em lugar de convencer, fará rir”; em “Damião António (que sempre se prezou mais de Escriturário e Teólogo que de Filólogo)”, verbera o mau vezo de “inserir na História as Questões Teológicas”; opina por fim que o volume, a “não ser destra e judiciosamente retocado e reformado por inteiro, eu” – ele, o censor – “não o julgarei digno de sair a público, e ver a estampa”. Não viu nem saiu. A 3 de Agosto a Mesa “foi de parecer que o Livro não só se desse por escusado mas também ficasse suprimido”³⁵.

Habent sua fata libelli... O destino da *História Particular da Igreja Lusitana* não foi diferente. A mão ferina do aporfiado regalista fulminava o anátema: “Para esta Obra se não deixar imprimir, parece que bastava ter-se feita muitas vezes pública nesta Real Mesa a ineptidão, que seu Autor tem para escrever de matérias graves com exacção e dignidade” – os antecedentes já condenavam *ante judicium* o réu; e réu contumaz, pois que “o nosso Autor picado do desejo de se mostrar Teólogo e Canonista, a cada passo se está involucrando em questões, que são não só alheias do seu assunto, mas também muito superiores aos seus conhecimentos. E o pior é que ordinariamente se declara por aquela parte que esta Real Mesa nunca consentiu que se defendesse em Escritos

³¹ *Ibidem*, p. 200.

³² BPE, Cód. CXXVII/1-7, n.º 1286.

³³ *Ibidem*, n.º 1287.

³⁴ A nota: “Escusado: Mesa 17 de Agt.º de 1786” foi lançada nas últimas páginas respectivas dos tomos (manuscritos) VIII e IX do *Espírito da Política Moral, e Civil* existentes na biblioteca “Algarviana”, da Região de Turismo do Algarve.

³⁵ IAN/TT, Real Mesa Censória, Caixa 14, 1787, n.º 24.

públicos”... Quanto à obra em si, “nenhuma outra coisa é na realidade, que um compêndio muito mal feito, e muito mal organizado”; expõe-lhe os aleijões mais grotescos e emite por fim que “estes e outros muitos defeitos gravíssimos que deturpam toda a obra e a declaram indigna das luzes do presente século, me obrigam a votar que todos estes três Tomos se dêem por escusados”. Votara o presidente do colectivo, estava deliberado: “Foram do mesmo parecer os SSrs. Adjuntos, e a Mesa toda. Em Mesa de 9 de Agosto, ano supra”³⁶.

Clamou Damião? Não consta. Ia lançado na ribanceira dos setenta e, capacidades embora nunca indolentes, decerto velhice e correlativas maleitas o acabrunhavam. Uma última carta para Cenáculo, de 17 de Setembro de 1788, era para deplorar a “incomparável perda da preciosa vida do nosso adorável Príncipe”³⁷, o jovem príncipe da Beira levado pela varíola no dia 11 anterior, e antigo confessado e pupilo do destinatário. O remetente durou aquele Outono e finou-se nos inícios do Inverno, 9 de Janeiro de 1789, a pouco mais de um mês de cumprir os setenta e quatro invernos. Era viúvo, atesta o termo de óbito, e “foi sepultado no Convento de São Francisco por assim constar do seu testamento”³⁸.

Uma vida (terrena, entenda-se!) feliz? Na litania incluída na dedicatória da História assim o inculca. “*Que feliz tem sido a fecunda produção das minhas curiosas aplicações do tempo dos meus anos os mais verdes, até a presente idade já madura! Que feliz a minha longa vida privada, recolhida no meu doce, deleitável retiro para sazonar frutos de vasta lição, e de profunda meditação!*”. Está aqui o fidalgo abundado, bafejado pelos pingues morgadios que lhe proporcionaram assaz de réditos para amoldar à “lei da nobreza” a existência despreocupada; mas está também a curiosidade polifágica que precocemente lhe ardeu em febre de saber e o polígrafo em que a retórica jorrava a flux da veia farta e espontânea; do grimpador, que se alçapremou às honrarias do cavaleirado de Cristo, da familiatura do Santo Ofício, da patente militar, cala. Continua a dobrar: *Felizes as minhas obras...* – da *Aula à História*, cada uma em sua margem como arribas altaneiras, passando pelos malogrados *Discursos Patéticos*, pelo *Oraculo de si mismo* e pelos *Gemidos da Reputação Ofendida*, omitindo porém as menores de foliculário, os *Elogios* e, claro, o *Entretenimento* e o *Discurso Apologético...*

Uma vida feliz... Talvez que os desgostos dos derradeiros anos lhe mareassem a beatitude. Como quer que seja, mais do que uma vida satisfeita, uma vida intensa, uma vida tensa; mais do que uma enfiada de venturosos sucessos, uma constante de aturados intentos, um pertinaz combate para realizar no mundo a peculiar vocação que imprimiu trajectória dinâmica e dramática à carreira do perluxo fidalgo Damião António. A plenitude vital de que se regozija manifesta decerto que logrou concretizar as aspirações de figurar na “República das Letras”. Não pode nela ser graduado entre os primeiros da escala? Pois não poderá. Mas também não pode ser desdenhado como um qualquer escrevedor de baixa conta. Apresenta-se na balança com a *História Geral de Portugal* e, sobretudo, com a *Aula da Nobreza Lusitana*; nenhuma delas ostenta o fulgor inovatório das obras que, como o *Verdadeiro método de estudar* do epónimo Verney, marcam uma época porque antecipam a que está por vir; a segunda, sua obra suma, classifica-o até como epígono de uma cultura, a barroca, já atrofiada, caduca e num estado de involução que precisamente se contraía em enciclopédias tais aquela que arrumou Faria e Castro.

³⁶ *Ibidem*, n.º 25.

³⁷ “Hoje chegam a este porto dois barcos vindos de Lisboa com 24 horas de viagem; e nos dão a notícia da incomparável perda da preciosa vida do nosso adorável Príncipe; de ficar a Princesa já ungida por não poder resistir à sua justa dor; e a Rainha sangrada como Mãe aflita” (BPE, Cód. CXXVII/1-7, n.º 1288).

³⁸ ADF – Arquivo Distrital de Faro, Freguesia da Sé, Lv. 007, Defuntos de 1779 até 1796, fls. 182.

Foi ele então um *barroco* retardatário? Que não foi um *iluminista* de vanguarda é certo e seguro. A história das ideias – e, de resto, a história de quanto é medularmente humano – não permite contudo isolar, como na química, elementos puros, estremos e inconfundíveis. O que não é menos certo e seguro é ter Faria e Castro assimilado e incorporado a valorização da cultura e do papel da nobreza nela que começou a perfilar-se e a acusar a sua fisionomia no iluminismo setecentista. Deste ponto de vista, sem ser uma *grande figura* – o que não quer dizer que não seja uma figura interessante – cobra o apreço de um dos autores de textos *de re politica* mais representativos da segunda metade do século XVIII, sem o que de original e exclusivo, e portanto de deformante do tipo comum, existe nas *grandes figuras*; quiçá até a sua medíocre obra represente exemplarmente a cultura desses anos, mesmo se as últimas produções, recusadas pela Mesa Censória, se situassem ao arrepio da tendência naturalista e antimetafísica que triunfou no quartel final da centúria; e mesmo ficando por averiguar a influência prática que alcançou e se serviu de referência nos debates da época³⁹; mas que constitui documento de valia para o conhecimento dela, não deve sofrer dúvidas.

Nessa obra luz algum oiro envolto em muita ganga. Em desconto, não se esqueça a singularidade – e logo, o assombro – que foi vingá-la no estuporado ambiente intelectual algarvio e na lazeira sorna de Faro. Ainda assim desabafava Damião António, o *curioso aplicado*: “O que tem não sei se de perseguidores, se de invejosos o pobre espírito quartado, oprimido, entalado nos curtos espaços, e estreitos âmbitos do Algarve!”⁴⁰.

³⁹ Fique entretanto a referência incluída no “Discurso Preliminar”, da autoria de António Lourenço Caminha, das *Obras inéditas de D. Hieronimo Ozorio*, Lisboa, na Impressão Régia, 1818: “A íntima amizade que contraí em Vila Nova de Portimão com o Senhor Damião António de Lemos de Faria e Castro, bem conhecido na República das Letras, fez com que eu possuísse a Colecção, que agora dou aos Sábios da Nação” (p. II). Também Fr. Vicente Salgado, nas suas *Memórias eclesiásticas do Reino do Algarve*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1786, tomo I (único publicado), faz menção ao “Sábio Damião António” (p.5); volta a citá-lo na p. 205, em nota de rodapé.

⁴⁰ Carta a Cenáculo, de Faro, 2 de Março de 1784. BPE, Cód. CXXVII/1-7, n.º 1284.